

HABEAS CORPUS Nº 489.387 - SP (2019/0011070-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : SEVERINO SOARES DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SEVERINO SOARES DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por SEVERINO SOARES DA SILVA de próprio punho e em seu benefício.

Informações prestadas pelo Presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP (e-STJ fls. 23/36).

Manifestação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (e-STJ fl. 42).

Parecer do Ministério Público Federal, opinando pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fl. 45).

É o relatório. **Decido.**

In casu, a Defensoria Pública/SP assim pronunciou-se (e-STJ fl. 42):

[...]

O paciente protocolizou, de próprio punho, petição de difícil compreensão, solicitando, ao que parece, benefícios em sua execução penal.

Conforme informações prestadas, porém, não há decisão do E. TJ/SP, a respeito de benefícios em sua execução penal (c-STJ, ffs. 23/24).

Ademais, a análise sobre execução penal e benefícios depende de consulta pormenorizada do processo executacional do paciente, situação que não é possível de ser feita nesses autos.

Contudo, no sentido de preservar os interesses do paciente, caso V. Exa., entenda pela não concessão da ordem de ofício como requerida na inicial, solicitamos que a presente petição seja encaminhada ao juízo de execuções penais de Mirandópolis-SP. responsável pela execução penal do paciente para análise do seu processo, e para tomada de eventuais providências, e benefícios,

com vista à Defensoria Pública local.

[...]

Com efeito, a análise do tema suscitado impõe, no mínimo, o reexame do material fático-probatório.

Além do mais, conforme ressaltado pelo Defensor Público, não há decisão da Corte de origem a respeito de benefícios em sua execução penal, tendo sido a impetração com o objetivo de concessão da benesse dirigida diretamente a esta Corte Superior, o que caracteriza nítida supressão de instância.

Registre-se, por oportuno, que, na espécie, não restou configurada flagrante ilegalidade, a justificar a concessão da ordem de ofício.

Não conheço, portanto, do presente *habeas corpus*.

Remeta-se cópia do presente *mandamus* ao Juízo das Execuções Penais da Comarca de Mirandópolis/SP, para as providências que entender cabíveis, inclusive, eventual encaminhamento do pleito à Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com atuação na instância primeira, a fim de que requeira o que entender de direito.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator